

DO NÃO-LUGAR AO LUGAR ANTROPOLÓGICO

Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua

FROM NON-PLACE TO ANTHROPOLOGICAL PLACE
Insurgent practices in the territory of homeless trans people

Redson Pagnan¹

Resumo

Esse texto compõe-se como um relato de pesquisa sobre as relações estabelecidas e, produzidas, entre alguns indivíduos, grupos ou coletivos e o espaço urbano, especificamente, a partir de experiências de ocupação das pessoas transexuais em situação de rua na cidade de São Paulo. A ideia é narrar apropriações do território que gerem situações de outra ordem, em nível espacial, social, cultural e político, pois são entrelaçados. Desse modo, discuto as questões do “não-lugar” como um lugar de pertencimento e identidade, assim como o “lugar antropológico”, isto é, aquele que consiste em ser o lugar de uma experiência. Para a discussão, trago como exemplo a “casa de vidro” do Minhocão, tentando expor esses momentos e relações.

Palavras-chave: não-lugar, lugar antropológico, práticas insurgentes, território.

Abstract

This text is composed of a research report on the relationships established and produced between some individuals, groups or collectives and the urban space, specifically, based on the occupation experiences of transgender people living on the streets in the city of São Paulo. . The idea is to narrate appropriations of the territory that generate situations of another order, at a spatial, social, cultural and political level, as they are intertwined. In this way, I discuss the issues of “non-place” as a place of belonging and identity, as well as the “anthropological place”, that is, one that consists of being the place of an experience. For the discussion, I bring as an example the “glass house” of Minhocão, trying to expose these moments and relationships.

Keywords: non-place, anthropological place, insurgent practices, territory.

Introdução

Nas últimas décadas, as cidades têm sido estruturadas de um modo que tendem a conservar uma certa homogeneização dos espaços públicos e das ações cotidianas contidas em determinados lugares. São inúmeras experiências, saberes e comportamentos passados de geração em geração sobre os modos de ser e de ocupar o mundo, onde a diversidade e as diferenças são, quase sempre, compulsoriamente excluídas e postas em dimensões outras, sejam elas espaciais, sociais, culturais, econômicas etc. e oferecer uma sustentação à civilização em relação aos modos como vivemos e nos relacionamos, de algum modo, também faz parte do universo da Arquitetura.

Há algum tempo arquitetos, urbanistas, filósofos, sociólogos, geógrafos, jornalistas, dentre outros, estão nos alertando sobre como a ideologia modernista baseada em setorizações espaciais (segregação) colocariam um fim ao espaço urbano e à vida nas cidades (JACOBS, 2007). De fato, as cidades absorveram em maior ou menor grau características do Modernismo e passaram a operar (ou a serem projetadas para operar) de modo mais racional e funcional. “Em termos sociais, as modernas formas construídas não raro traduzem muito debilmente a experiência pessoal e compartilhada” (SENNETT, 2020, p. 10).

No entanto, mesmo estando sob uma configuração de controle e poder, as cidades são materialidades diversas que servem de suporte para inúmeras ações cotidianas que surgem como respostas a esses espaços estanques, aos modos mais tradicionais de ocupar um território e até mesmo as formas de pensar a cidade. Desse modo, os diferentes habitantes de uma cidade, tornam-se coautores dos espaços, contribuindo para sua criação, apropriação, ressignificação e, também, fomentando um discurso sobre a construção coletiva do que é o espaço público, do que é viver na cidade. Assim, ser um coautor da cidade é compartilhar da criação de diferentes espaços ou situações que se desenvolvem no território, sejam eles arquitetos, coletivos, ativistas, moradores locais ou sujeitos diversos que de alguma forma intervêm na dinâmica da cidade, da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, alinhando-se as pesquisas realizadas no Grupo Culturas e Cidade da FAU-Mackenzie, o objetivo desse texto é expor momentos de encontro no território que gerem situações de outra ordem. Isto é, apropriações efêmeras ou não, de algum espaço público no recorte do território da pesquisa, realizados por esses diferentes atores sociais e, até mesmo, identificar, alguns pontos de referência entre os quais se desenrolam uma ação. Especificamente, trago para a discussão a “casa de vidro” imaginária, cujo CEP é o Minhocão, o elevado Presidente João Goulart em São Paulo. Para esboçar uma análise, mobilizo alguns conceitos, como por exemplo, o de “não-lugares” (AUGÉ, 1998) e territorialização (HAESBAERT, 2004) para narrar as práticas (in)comuns e introduzi-las como experiências particulares de lutas que simbolizam e (re)organizam os espaços urbanos. Penso, que a discussão tem potencial para expandir, dentro da Arquitetura e Urbanismo, enquanto disciplina, as questões sobre cidades mais inclusivas e diversas acerca dos sujeitos e da vida cotidiana.

Dois conceitos

A concepção de território que trago para o texto é baseada nos estudos do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004) onde este é considerado uma dimensão espacial que se revela em distintos processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material, quanto em termos imateriais, na produção de identidades, subjetividades e simbolismos em relação à determinados lugares. Isto é, o território é concebido a partir

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

de múltiplas imbricações das relações de poder, o que tende a fomentar uma intensa variação no conceito de território, conforme o contexto histórico e geográfico, pois as sociedades estão em constante transformação.

No contexto atual, o território assume um viés multidimensional que flexiona e tensiona as esferas políticas, econômicas e culturais onde os diferentes atores sociais, os agentes e os diversos grupos movimentam certos lugares (seus e dos outros) gerando processos de territorialização (ou desterritorialização) em direta relação com o pertencimento, uso e vivência. Portanto, se estabelecem processos de apropriação em pontos do espaço urbano, em escalas diferentes, diretamente relacionadas aos modos de ser no mundo.

Assim, em qualquer acepção, o território tem a ver com poder, não somente no sentido político, de dominação, mas também, no sentido mais simbólico de apropriação, inspirando os processos de identificação (HAESBAERT, 2007). Seguindo os pressupostos de Lefebvre (1986: 411, 412) a apropriação em si *“implica tempos em tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos, uma prática”*. Portanto, as práticas cotidianas fomentam os territórios, gerando diferentes, diversas e múltiplas territorialidades. Desse modo, mesmo quando imaginamos apenas estar fazendo algo do cotidiano, como andar, trabalhar, comer, ir às compras, morar... na verdade, estamos fomentando nossos territórios. Perder o seu território é, efetivamente, desaparecer. Por isso, “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem as formas mais vigorosas de apego a identidades territoriais ou “territorialismos” (HAESBAERT, 2007, p. 23). Nesse sentido, o que me interessa para construção dessa análise são os sujeitos que estão compulsoriamente em um território que, no entanto, não é um lugar de desejo², mas se identificam com ele, se apropriam dele e, até mesmo, ressignificam e subvertem suas relações cotidianas com o espaço.

Já o conceito de “não-lugar” (AUGÉ, 1998) é diretamente o oposto do conceito de lar, residência ou espaço personalizado. O não-lugar, reinterpretado pelo antropólogo francês Marc Augé, a partir dos estudos de Michel de Certeau, é representado pelas grandes estruturas de passagem, como as rodoviárias, aeroportos, estações de metrô, as grandes cadeias de hotéis, parques de lazer, isto é, lugares onde é possível realizar as mais diversas ações do dia a dia, como tomar banho, comer, se alimentar, dormir, tudo com bastante conforto e, no entanto, salvo raras exceções, não são estabelecidas relações de afetos duradouros ou “apegos particulares” (CORTÉS, 2008) nem com o próprio ambiente, nem com outras pessoas que também circulam ali.

Os não-lugares são espaços do anonimato, onde muitas pessoas passam uma quantidade de tempo variável, mas a função não é a mesma que aquela com sentido mais agregador de uma comunidade, como nas praças públicas, por exemplo. Ampliando a discussão desse conceito, gostaria de destacar que os não-lugares podem ser, também, aqueles espaços esquecidos na cidade, em diferentes escalas, como por exemplo as garagens, os lixões, esgotos, as favelas etc. e que, também, é possível (e até inevitável) que os não-lugares exerçam (assim como os “lugares antropológicos”³ fundadores do nosso *self*) um papel de identificação com os espaços da cidade, isto é, fazendo com que possamos construir vínculos com a cidade, mesmo em lugares hostis.

² Não é o lugar desejado, personalizado, sonhado, almejado.

³ Conceito de Marc Augé.

O que quero dizer é que o não-lugar também propicia uma experiência de lugar. É o não-lugar como força motora de vivências, experiências e, suas imbricações, que me interessam nessa discussão. Um não-lugar nesse sentido nunca existe sob uma forma pura, os “lugares se reconstituem nele, relações se reconstruem nele” (AUGÉ, 2018, p. 60). Desse modo, para uma parcela da população o não-lugar é um lugar paratopico (PAGNAN, 2019). Isto é, os não-lugares, apesar de serem espaços esquecidos da cidade, sujos, insalubres etc., também possuem características de pertencimento, fomentando uma paratopia espacial: o discurso (ou a prática discursiva, isto é, dizer-se) revela o pertencimento e o não pertencimento – ao mesmo tempo – em relação ao lugar e, ainda, o sujeito enunciador evoca sua existência, sua identidade, ancorado na sociedade vivente, por uma “nova” sociedade (MAINGUENEAU, 2009). Essa paratopia do não-lugar associa-se fortemente a difícil negociação entre o mundo real, material e o sublime, sempre colocando em questão o funcionamento de sua própria existência.

Desse modo, encontrar no “não-lugar” um espaço que, de algum modo, escape da opressão totalitária do lugar, será encontrar algo que se assemelha a liberdade. Na análise veremos algumas marcas dessas vivências, partindo dos enunciados sobre a ‘casa de vidro’ na matéria da Folha de São Paulo.

Alguns procedimentos

Aqui, a pesquisa qualitativa, está alinhada aos mais recentes modos de olhar para a cidade partindo de teorias e conceitos que conversam entre si e, também, circunscrevem os objetos a serem estudados, isto é, visando encontrar dados, significados, opiniões ou razões a respeito do problema, a fim de fornecer informações mais detalhadas sobre determinado assunto.

A etnologia sempre tratou de pelo menos dois espaços: o primeiro é aquele lugar que ela estuda com mais proximidade (uma aldeia, um bairro, um evento etc.) e, o segundo, aquele lugar mais amplo, onde este primeiro se insere e de onde se exercem as influências, referências e opressões que fazem efeito no jogo das relações sociais (AUGÉ, 2018). Assim, a pesquisa empírica é baseada na captura de informações e experiências e sua realização deve ser entendida como uma atividade de produção de conhecimento sobre os processos de identificação e apropriação da cidade, sem perder de vista nem o lugar imediato de sua observação nem as fronteiras pertinentes.

Desse modo, parti dos seguintes procedimentos:

O levantamento preliminar: nessa etapa, de um modo geral o grupo⁴ reuniu e sistematizou informações a respeito do território a ser “inventariado”, delimitou e definiu alguns recortes de pesquisa e interesses de trabalhos. Nessa fase, o levantamento buscou identificar grupos coletivos e instituições atuantes no território, para então se aproximar de modo exploratório, com a realidade pesquisada. Assim, foram identificados moradores, instituições, coletivos etc., agentes nesse território, uma vez que a noção de referência cultural está atrelada a existência social (FONSECA, 2000).

A identificação: nessa etapa, aprofundam-se os interesses de pesquisa. Aqui, especificamente, me aproximei do meu tema de doutorado, buscando desenvolver discussões (e leituras) a respeito das relações entre os espaços urbanos e alguns marcadores sociais. Isto é, fiz recortes específicos com meu tema de pesquisa, a saber,

⁴ Aqui, me refiro de um modo geral ao trabalho do grupo “Culturas e Cidade: Teorias e Projeto”, enquanto um coletivo de pesquisadores.

as apropriações efêmeras ou não do espaço urbano a partir das relações de gênero e sexualidade. Assim, me aproximo das experiências das pessoas trans em situação de rua, na “casa de vidro”, no Minhocão (Elevado Presidente João Goulart) como o *corpus* de análise nesse texto.

É nesse momento também que se qualifica, categoriza e seleciona as referências culturais partindo de leituras e conceitos, a fim de apreender um conjunto de representações simbólicas, vivências, existências, elaboradas por tal grupo em relação ao território ocupado.

Adocumentação: trata-se de elencar as materialidades possíveis a serem pesquisadas, como por exemplo, textos em jornais ou revistas, livros, fotografias, projetos, memórias ou alguma outra situação específica enunciada.

A leitura (ou análise): aqui, trata-se de um constante batimento entre leitura e interpretação (PÊCHEUX, 2002) dos dados e conceitos em relação ao objeto delimitado, fazendo ranger a teoria.

Um não-lugar como lugar da existência

No dia 27 de abril de 2020, cerca de dois meses após a primeira confirmação de contaminação pelo coronavírus no Brasil, o repórter Dhiego Maia que escreve sobre o cotidiano na Folha de São Paulo, publicou uma matéria⁵ sobre a rotina da população trans em São Paulo e as implicações em relação ao Covid19. A “Casa de Vidro” imaginária (o apelido é uma referência ao *reality show* Big Brother Brasil, em relação à sensação que as moradoras têm de serem observadas o tempo todo), viralizou nas redes sociais, disseminando a informação e expondo a difícil situação de uma população que vive se encaixando em lacunas esquecidas na cidade, até mesmo, reinventando e subvertendo os significados deixados ali.

Já sabemos, que as cidades não são somente meros cenários ou pano de fundo das ações cotidianas, mas sim um emaranhado de espaços históricos (e de histórias) que se edificam no decorrer do tempo, pelas diversas sobreposições de construções, vias e viandantes que intervêm na significação a todo momento e marcam o corpo e o espaço, ao mesmo tempo, de sentidos (FEDATTO, 2013). O espaço privado, também é repleto de significados, como descreveu Lemos (1989, p. 121):

O lar é o não-espaço da casa. Ritualizado e mítico, o lar é a alma da casa e o paraíso de nossa individualidade privada. (...) o lar caracteriza-se por ser um espaço imaginário, simbólico; um conjunto de práticas concretas e rituais imaginários que fazem de minha casa algo sem igual.

Assim, o imaginário de localização ou da identificação com determinado lugar, também é construído em relação aos espaços privados e domésticos; ou com características de espaços privados e domésticos, a partir de diferentes referências que constituem nossas qualidades e modos de ser no mundo, em paralelo, fundam nossa individualidade. O imaginário do lugar, também se apoia nas nossas relações pessoais e espaciais, assim, “o lugar se completa pela fala” (AUGÉ, 2018, p. 59). Portanto, não há uma

análise social que possa ignorar os espaços por onde os indivíduos transitam, seja com seus corpos ou com a linguagem.

Desse modo, se o discurso funda o lugar, a casa de vidro, por determinação das pessoas que ali vivem, já se faz uma casa. Assim, produzir através de determinada ação (fazer, falar) o “aqui é a minha casa”, de fato, materializa essa casa (mesmo que de modo imaginário), pois o discurso ou a palavra, criam a imagem, produzem o mito e o fazem funcionar (AUGÉ, 2018, p. 73). Isto é, fundar o lugar, falar dele, se faz necessário para que ele exista e, ao se materializar em junção com as palavras, torna-se um “lugar antropológico”, ou seja, o lugar de uma experiência, onde vão sendo atribuídos significados (AUGÉ, 2018). No mesmo movimento, o discurso também funda o indivíduo, que a partir de determinada ocasião, passa a se posicionar, se impor, dizer-se. A repetição disso, ou melhor a cristalização (BUTLER, 2017) cria o sujeito. É, partindo daí que Judith Butler desenvolve seus argumentos sobre o gênero e a sexualidade enquanto construção social, porque esses são atributos enunciados e, tão repetidos e repetitivos (em todos os lugares) que passam a funcionar em nossa sociedade como algo essencialmente natural.

Para Marc Augé (2018, p. 60) “o lugar se define como identitário, relacional e histórico” e, um espaço que não possui esses atributos, seria um não-lugar. No entanto, volto a afirmar que mesmo um “não-lugar” pode assumir a função de um espaço fundador identitário. Isto é, também é possível que uma pessoa se identifique com a cidade, com outros grupos e com si mesmo, tendo lugares não muito confortáveis ou especificamente planejados como um “espaço seu”, muitas das vezes não existe outra possibilidade a não ser essa de criar uma realidade para sobreviver. Se referindo a uma das moradoras, o texto do repórter diz: “no chão sujo, a cearense amontoa pedaços de madeira usados para o preparo da comida. Dorme no seu colchão ao lado das amigas, sobre uma estrutura por onde se dissipam os ventos dos trens que circulam no subterrâneo da metrópole”. Nesse enunciado vemos a marca do território: “o chão sujo”; a marca da regionalidade: “a cearense”; a marca da vida cotidiana: “pedaços de madeira usados para o preparo da comida” e marcação do espaço urbano hostil, um lugar compulsório dessa parcela da população: “uma estrutura por onde se dissipam os ventos dos trens que circulam no subterrâneo da metrópole”.

A casa de vidro, não é, em nenhuma instância, um ambiente digno de moradia, seja para quem for. No entanto, mesmo em uma situação muito precária, as pessoas que vivem em um “não-lugar” (partindo da leitura do conceito que indiquei no início do texto), estão a todo tempo resistindo e buscam dotar o espaço de significados (com suas ações cotidianas), para torná-lo um pouco mais “seu”, um pouco mais agradável. O planejamento urbano de quase todas, se não todas as cidades, promoveu uma remodelação urbana que criou afastamentos rígidos baseados em diferenças de classe, de raça, de sexo ou de gênero. A casa de vidro, é um reflexo disso. E, ao existirem e resistirem, apropriando-se desses espaços hostis ou esquecidos, estão, muitas vezes, criando “microresistências dissensuais” que podem desestabilizar a hegemonia e a homogeneização dos espaços em questão (JACQUES, 2012). Esse movimento de subversão do significado do lugar, cria uma desordem entre o saber institucionalizado sobre a cidade e o “saber das ruas” (FEDATTO, 2013). A experiência desses usuários são expressões de um uso conflituante do que foi desenhado para o espaço público (nesse caso, uma tentativa de transformação em espaço doméstico) que, contraria e profana os saberes sobre a cidade ao buscar o cotidiano familiar no estanho (AGAMBEM, 2007 *apud* JACQUES, 2012).

⁵ Com rotina piorada por coronavírus, trans de SP habitam malocas e ‘casa de vidro’ imaginária”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/com-rotina-piorada-por-coronavirus-trans-de-sp-habitam-malocas-e-casa-de-vidro-imaginaria.shtml?origin=folha>.

Essa experiência que Paola Jacques (2012) vai chamar de errática, é o que permite que esses sujeitos experimentem a alteridade, isto é, a marca do Outro em seu próprio cotidiano. No texto publicado na folha, podemos perceber essa situação na fala de uma das moradoras: “é a solidariedade desse povo que está mantendo a gente viva, com comida para todas as refeições do dia”. E, também em: “(...) as meninas também sabem devolver o cuidado que recebem. Elas mantêm um cantinho da doação, com calçados, roupas e até comida que são distribuídos aos mais necessitados”. Assim, podemos dizer que as relações e o lugar estão conjugados pelas práticas cotidianas, onde “elementos são distribuídos em relações de coexistência” (CERTEAU, 1990 apud AUGÉ, 2018). E, mesmo em situação de extrema vulnerabilidade, as moradoras da casa de vidro, preocupam-se em distribuir o pouco que possuem.

O lugar é necessariamente histórico, quando articula identidade e relações, definindo aí uma estabilidade mínima (AUGÉ, 2018). Isto quer dizer que aqueles que ali vivem podem reconhecer marcos, saberes, linguagens que não são obrigatoriamente conhecidos por todos, mas com todos aqueles capazes de adentrar as suas razões, isto é, um território retórico (AUGÉ, 2018). Na realidade de hoje, os espaços, lugares e não-lugares misturam-se e interpelam-se, se opõem ou se atarem, com as palavras que permitem descrevê-los. Nos não-lugares da supermodernidade, defendido por Augé (2018), sempre vai existir um lugar que não integra em nada, só autorizam a coexistência do indivíduo. Ao contrário disso, penso que o “não-lugar” como um lugar antropológico seja também um catalizador e fomentador das identidades, relações, sujeitos... na experiência da casa de vidro, esse é o único lugar que aquelas pessoas têm e, fazem dele o melhor lugar para sua existência. O não-lugar dessa perspectiva, é integrador, admitindo diferentes sentidos de apropriação, inspirando os processos de identificação (HAESBAERT, 2007). O não-lugar existe e sua frequência é a experiência de incertezas.

Algumas considerações

Devo dizer, com uma breve (in)conclusão, que o desenrolar da narrativa em relação à “casa de vidro”, tão intrincado ao território, se enreda em um intrigante *corpus* de pesquisa, que sugere uma tomada de posição forasteira para poder falar de sujeitos outros, vivências outras ou, ao menos, permite minimamente essa leitura e interpretação de vivências próximas.

Essas imbricações, tão desobedientes em relação aos fundamentos da arquitetura e urbanismo, essas posições compulsórias em não-lugares vão tornando-se aqui e ali outros meios de se experimentar a cidade, ao mesmo tempo vão produzindo a cidade, ressignificando os espaços. E, são essas diferentes narrativas que permitem contá-las, documentá-las e torná-las assim, parte da história, ao invés de serem apenas sujeitos que vivem a história. A fala, a memória, a generosidade, as ações cotidianas, o chão sujo, são algumas das referências urbanas que vão variando e transformando-se em referências subjetivas. Vão fazendo o sujeito. E, ao aprender a dizer-se na cidade, esses sujeitos fundam não somente o lugar, mas a si mesmos. Reconhecendo, por vezes, que esse não é seu lugar ou, pode não ser o seu “lugar de desejo”, mas é o lugar que lhe cabe no momento, estabelecendo, assim, uma relação paratopica de sua existência.

Assim, o não-lugar passa a ser também um lugar antropológico, ou seja, de experiências, onde se reconstroem, ressignificam e se reconstituem outros lugares, outros sujeitos. Essa é a força motora do espaço desconhecido, ele possibilita outras formas de apropriação. Muito importante, também, é o fato de que essas apropriações constituem implicações políticas a respeito do território, fomentando o debate em relação a

construção dos espaços mais inclusivos e diversificados, um espaço que permita mais possibilidades (a todos) e seja menos compulsório com a base da pirâmide social.

As práticas desses sujeitos, são ações que ao mesmo tempo criticam, denunciam e questionam a hegemonia estabelecida nas cidades.

As cidades (também) são isso: imagens históricas que produzem efeitos discursivos, são lugares de lutas e de ações, grandes, pequenas ou locais, das pessoas diversas, onde se desenrolam todos os processos, se esquematizam as batalhas e se articulam as memórias. As palavras, as ações cotidianas e o território, articulados, pronunciados, fazem surgir mundos possíveis e tornam-se matéria de significações possíveis para as diversas realidades históricas.

Agradecimentos

À CAPES – PROEX (Programa de Excelência Acadêmica), pelo apoio financeiro concedido a pesquisa, juntamente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Referências

- AGAMBEM, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AUGÉ, M. *Los no-lugares: espacios del anonimato*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade* [livro eletrônico]/Marc Augé; tradução Maria Lúcia Pereira. – Campinas, SP: Papirus, 2018. 217Kb; ePub.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 14a ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.
- CERTEAU, M. de. *L'invention du quotidien*. 1. Arts de faire. Galimard, “Folio – Essais”, 1990.
- CORTÉS, J.M.G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- FEDATTO, C. P. *Um saber das ruas*. O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *IPHAN*. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, nº 17, 2007, p. 19-46.
- JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JACQUES, P. B. Experiência errática e narrativas urbanas. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. (org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/PROARQ, 2012.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986 (1974).

LEMOS, C. A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2009.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

PAGNAN, R. *Corpos trans e os lugares que (não) podem ocupar: o discurso de Linn da Quebrada e a produção de sentidos na cidade*. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade de Franca, 2019.

SENNETT, R. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução de Clóvis Marques. 5º ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.